

Prémio Ibero-Americano 2005

Luso-tropicalismo:

um fundo sólido para as relações contemporâneas entre os países de língua portuguesa?

elaborado por **Jan Němec**

Estudante do 3º ano do 2º ciclo da Licenciatura em Relações Internacionais no Instituto dos Estudos Políticos da Faculdade das Ciências Sociais da Universidade Carlos em Praga.

Idade: 25 anos

Morada: I. Olbrachtova 645, Mnichovo Hradiště, 29501, República Checa.

E-mail: janemec@centrum.cz

Telemóvel: +420 608 282 538

Este trabalho faz parte do meu Projecto da Licenciatura, ainda por concluir, que trata da Comunidade dos países da Língua Portuguesa. A maior parte das informações sobre o assunto acumulei durante a minha estadia de estudo no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa. Aqui tive a rara oportunidade de consultar alguns dos materiais de outro modo dificilmente acessíveis. Foi também sob a impressão do âmbito académico deste Instituto que percebi que a teoria do luso-tropicalismo como ideologia não é uma letra totalmente morta.

Em princípio, o trabalho está escrito conforme a norma ortográfica europeia. No entanto, nos casos quando as citações têm a sua origem nas obras dos autores brasileiros, mantive a ortografia original, de mesma maneira como mantive as diferenças ortográficas presentes nas edições antigas das obras citadas.

Introdução

A cessação do conflito bipolar, na última década do século XX, resultou numa re-estruturação da ordem mundial. Novas alianças começaram a se constituir, as antigas quebraram ou mudaram do seu carácter. Com o fim da rivalidade entre dois blocos, que até então atraira a maior parte da atenção, os pensadores de diversos campos de estudo deram as suas contribuições para a reflexão teórica da nova situação internacional. Um deles, Samuel Huntington, historiador e cientista político americano, no seu artigo que mais tarde passou a um livro chamado *Choque das Civilizações*, gerou muita controvérsia com a sua tese do futuro conflito internacional baseado nas diferenças entre as “Civilizações”, ou seja, entre os conjuntos de sociedades da mesma raiz cultural, étnica, linguística e/ou religiosa. Huntington definiu vários círculos civilizacionais, entre eles os ocidental, africano e latino-americano.

Seja qual for a fundamentação da hipótese de Huntington, a ideia da existência dos agrupamentos de países baseados nas características culturais comuns não é nada de novo. Uma das teorias que têm este fundamento é a teoria do luso-tropicalismo formulada pelo sociólogo brasileiro de renome internacional Gilberto Freyre durante a primeira metade do século XX. Luso-tropicalismo supõe a existência duma civilização original que se ergueu sobre as alicerces que advieram da expansão portuguesa por zonas tropicais do mundo e do modo particular dos portugueses de se relacionar com as populações indígenas. Foi através desta interacção, que compreende a mútua influência em várias dimensões da vida cotidiana, nomeadamente estilo de se vestir, culinária, comportamento social, ritos religiosos e, não menos, expressão idiomática de, de dois ou, no caso do Brasil, de três elementos, que se criaram sociedades híbridas na sua composição etnocultural.

No entanto, a teoria foi aproveitada pelo regime autoritário português do “Estado Novo” para defender o seu Império Colonial, sobretudo contra as pressões externas. Ora, quando a ditadura fora derrubada, o luso-tropicalismo caiu no desagrado. Não obstante

o esforço contínuo de alguns dos intelectuais de manter viva a ideia da solidariedade entre os povos de língua portuguesa, sobretudo em Portugal mas também no Brasil, nos anos que se seguiram após a descolonização portuguesa, nos meados da década de 70, em consequência da complicada situação interna tanto nos países recém-independentes como em Portugal, os destinos dos Estados lusófonos separaram-se. Foi só nos anos 90 quando se realizou a iniciativa luso-brasileira dum projecto de criação da organização intergovernamental, que passou a se chamar “*Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*”, com o objectivo de inaugurar um novo período nas relações entre os Estados da língua oficial portuguesa. Na ocasião, o legado de Gilberto Freyre, entretanto falecido, e o seu possível papel na legitimização desta Comunidade, foram evocados.¹

O principal objectivo deste trabalho é analisar as capacidades do luso-tropicalismo de servir de fundamento ideológico para as relações entre as nações de expressão portuguesa nos nossos dias. Tomando em consideração a diversidade dos interesses envolvidos, temos a plena consciência da existência de múltiplos limites postos à nossa análise feita “de fora”. Seja como for, esperamos que as conclusões deste trabalho, e as informações nele apresentadas, puderem oferecer um olhar imparcial dentro do “mundo lusófono”.

Gilberto Freyre: vida e obra

Não é possível abordar a questão do luso-tropicalismo sem tratar da vida e da obra de Gilberto de Mello Freyre, de autor e grande promotor desta teoria. Embora o conceito do luso-tropicalismo seja a obra-prima do sociólogo brasileiro, a atuação de Gilberto Freyre no campo científico e também, indirectamente, na esfera política era muito mais rica. Como

¹ Vd. por exemplo o prefácio de Adriano Moreira de MARCHUETA, M. R. – FONTES, J.: *Comunidade dos países de língua portuguesa*; o artigo do angolano da origem lusa Ruy Duarte de Carvalho (CARVALHO, R. D.: *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*, pela tangente); ou, duma perspectiva diferente, a contribuição da cientista angolana Maria da Conceição Neto (NETO, M. C.: *Ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX*), entre outros.

autor dum dos “*livros que inventaram o Brasil*”,² Gilberto Freyre deixou uma marca profunda não só na sociologia brasileira mas também no discurso político do seu país e no pensamento dedicado à identidade brasileira de diversas perspectivas. Durante a sua longa vida,³ Freyre pisou vários terrenos. O seu envolvimento na defesa da manutenção da solidariedade dentro da “comunidade lusófona” era muitas vezes superficialmente interpretado como uma apologia ao colonialismo português do período salazarista. Passados 30 anos sobre a descolonização do império português, um certo “*preconceito anti-Gilberto Freyre*”⁴ subsiste, no entanto, entre alguns intelectuais em Portugal até aos nossos dias.

As obras essenciais da teoria do luso-tropicalismo da autoria de Freyre são, além de outros, sobretudo a famosa *Casa-grande & senzala*, de 1933, *O mundo que o português criou*, lançado em 1940 como uma publicação baseada nas conferências proferidas por Gilberto Freyre durante a segunda metade da década de 30, *Aventura e rotina* e *Um brasileiro em terras portuguesas*, os dois de 1953, e *Integração portuguesa nos trópicos* e *O luso e o trópico*, editadas por instituições do regime português, com objectivo sobretudo propagandístico, em 1958 e 1961, respectivamente.

Sem qualquer dúvida, *Casa-grande & senzala* é o livro mais popular de Gilberto Freyre cujo impacto na percepção colectiva da identidade brasileira foi profundo e, em certo sentido, revolucionário. A valorização do contributo, até então subestimado ou mesmo rejeitado, das populações indígenas e africanas e sobretudo dos seus descendentes - dos assim chamados “lusos-descendentes” - para a construção da sociedade brasileira representa a ideia principal da *Casa-grande & senzala*. Esta postura persiste ainda hoje em noção geral da sociedade brasileira como originada por três elementos raciais: branco (europeu), negro

² Um outro famoso sociólogo brasileiro, o então ministro das Relações Exteriores do Brasil Fernando Henrique Cardoso incluiu a obra de Freyre, junto com a de Sérgio Buarque de Holanda e de Caio Prado Junior, entre os livros mais importantes para o conhecimento da realidade brasileira. Vd. CARDOSO, F. H.: *Livros que Inventaram o Brasil*.

³ Gilberto Freyre nasceu no Recife, Estado de Pernambuco, em 15 de março de 1900 e morreu na sua cidade natal em 18 de julho de 1987.

(africano) e “vermelho” (ameríndio),⁵ suportada, por exemplo, pelo intelectual paulistano Sérgio Buarque de Holanda no seu livro *Raízes do Brasil*, lançado em 1936, não obstante a discordância entre os dois pensadores no que diz respeito ao papel dos portugueses no processo da formação da sociedade brasileira.⁶ No campo de metodologia, Freyre aproveitou os conhecimentos que ganhara durante os seus estudos nos Estados Unidos da América e a experiência obtida na ocasião da viagem por vários países da Europa e focou na vida cotidiana dos brasileiros na região nordestina, no núcleo inicial da colonização portuguesa do Brasil.

Encorajado com o êxito internacional de *Casa-grande & senzala*, Gilberto Freyre avançou na formação duma teoria mais complexa. N’*O mundo que o português criou*, ele ampliou a sua hipótese sobre o carácter particular da colonização portuguesa⁷ a todos os casos da presença portuguesa nos territórios alheios. Em Portugal, as conclusões teóricas que Freyre até então apresentara não ganharam, durante os 30 e 40, muita compreensão. Nessa altura, o discurso dominante nas teorias e práticas coloniais de Portugal não era favorável para a valorização do elemento indígena.⁸

⁴ CARDOSO, F. H. – SOARES, M.: *O mundo em português: um diálogo*, p. 143.

⁵ Embora este conceito tenha sido gradualmente aceiteado pela maioria dos intelectuais como o mais apropriado para o caso brasileiro, há quem diz que a imagem da sociedade brasileira do pé triangular é pura invenção cultural que não possui fundamentos empíricos bastante sólidos. Vd., por exemplo, DaMATTA, R. A.: For an Anthropology of the Brazilian Tradition or “A Virtude está no Meio”, in: HESS, D. J. – DaMATTA, R. A. (eds.): *The Brazilian Puzzle*, p. 272.

⁶ Contrariamente a Freyre, Sérgio Buarque de Holanda não se mostra fascinado com a capacidade colonizadora dos portugueses: “*Instrumentos sobretudo passivos, nossos colonizadores aclimaram-se facilmente, cedendo às sugestões da terra e dos seus primeiros habitantes, sem cuidar de impor-lhes normas fixas e indeléveis.*” Vd. HOLANDA, S. B.: *Raízes do Brasil*, p. 22.

⁷ Os fundamentos desta hipótese, ou da teoria do luso-tropicalismo, serão analisados mais adiante.

⁸ Em 1933, no seu discurso pronunciado na abertura da I Conferência dos Governadores Coloniais, o Presidente do Conselho dos Ministros português António de Oliveira Salazar destacou: “*devemos organizar cada vez mais eficazmente e melhor a protecção das raças inferiores cujo chamamento à nossa civilização cristã é uma das concepções mais arrojadas e das mais altas obras da colonização portuguesa.*” Vd. SALAZAR, A.: A Nação na Política Colonial, in: AAVV: *Antologia Colonial Portuguesa*, p. 333.

Apesar da relutância inicial dos intelectuais portugueses em levar em sério as ideias de Freyre, as mudanças da realidade política interna e internacional, nos anos de após-guerra, exigiram uma redefinição dos fundamentos ideológicos da política colonial de Portugal. Com a derrota de alguns dos regimes totalitários na Segunda Guerra Mundial, as pressões de vários sentidos sobre a ditadura portuguesa do “Estado Novo” de inspiração fascista fizeram com que as elites dirigentes de Portugal tentaram acalmar não só as inquietações dentro da sociedade portuguesa mas também as novas tendências anticolonialistas do novo sistema internacional através da adoção de algumas reformas políticas mais propriamente do carácter cosmético e temporal. Não demorou muito para a hipótese de Freyre sobre a capacidade colonizador dos portugueses fosse adoptada como o argumento principal para a manutenção do Império Colonial nos tempos que testemunharam um nítido crescimento da força moral dos movimentos independentistas na Ásia e, mais tarde, em África.

O governo português tirou proveito do luso-tropicalismo, que se suportava na ideia da convivência relativamente harmónica dos colonizadores portugueses com os povos indígenas, e até conseguiu comprometer o próprio Freyre com a defesa da concepção “*de uma nação uma espalhada por vários continentes*”⁹. Gilberto Freyre foi convidado a fazer uma viagem pelas províncias ultramarinas¹⁰ de Portugal e o sociólogo de reputação internacional aceitou. A série de viagens, que consistiu de visitas a todas as colónias portuguesas com a excepção do Timor, deu-se em 1951 e 1952 e desta experiência resultaram os dois livros já mencionados, *Aventura e rotina* e *Um brasileiro em terras portuguesas*. Foi aqui onde Freyre, pela primeira vez, usou do termo “luso-tropicalismo” e, pouco anos mais tarde, até sugeriu a criação duma nova disciplina científica que denominou “luso-tropicologia”.

⁹ ALEXANDRE, V.: *Velho Brasil/Novas Áfricas*, p. 231.

¹⁰ Com a reforma do quadro jurídico do Império Colonial Português, no início dos anos 50, tudo “colonial” passou a se chamar “ultramarino”. Os efeitos práticos desta reforma, que foi aprovada sobretudo com a intenção de satisfazer as exigências externas, visando a futura adesão de Portugal à Organização das Nações Unidas, foram, no entanto, nulos.

A colaboração de Freyre com o governo autoritário português continuou e o sociólogo não desistiu de defender a existência da “comunidade lusófona”, mesmo confrontado com as guerras coloniais que eclodiram no início da década de 1960. Conforme a sua opinião, os representantes dos movimentos nacionalistas africanos revoltados deviam rejeitar o envolvimento das “superpotências” – dos Estados Unidos da América e da União Soviética – no processo da descolonização portuguesa e orientar-se para os países de língua portuguesa, incluindo o Brasil, que podem oferecer o quadro internacional mais apropriado para a emancipação legítima das nações africanas dentro da comunidade lusófona.¹¹

A lenha que Freyre arranjou, com o seu desempenho indirecto na política, para se queimar como cientista não o queimou enquanto construtor dum projecto político idealista.¹² A ideia duma comunidade lusófona baseada nas história, língua e características culturais comuns, dum conjunto natural dos países espalhados pelos quatro continentes do mundo que oferece um invejável quadro para o desenvolvimento da cooperação multidimensional entre as nações de expressão portuguesa. Neste sentido, o pensamento de Gilberto Freyre ganhou muitos cultores em vários campos.

Luso-tropicalismo: teoria e ideologia

Depois de termos apresentado a génese da teoria do luso-tropicalismo, neste parte do trabalho podemos avançar na abordagem das suas ideias essenciais. Como já foi referido, a obra básica da teoria é *Casa-grande & senzala*. Aqui podemos encontrar a fundamentação da tese de Gilberto Freyre sobre o carácter particular da colonização portuguesa, sobretudo

¹¹ CASTELO, C.: *O modo português de estar no mundo*, p. 28.

¹² Ora, o próprio Freyre teve ciência clara do carácter constructivo das suas teses: “*Nas páginas que se seguem – páginas em que o ponto de vista não é só o cientificamente sociológico, mas, às vezes, o normativo e político – procuro mostrar como é possível defender e desenvolver aquela cultura por meio de uma solidariedade maior do Brasil com Portugal e com as colónias portuguesas.*” FREYRE, G.: *O mundo que o português criou*, p. 38.

no que diz respeito à atitude dos portugueses para com as populações indígenas e os escravos importados de África.¹³

Os pontos principais da teoria, ou seja, as características específicas dos portugueses, que Freyre relaciona com o desempenho colonial desta nação, são os seguintes:¹⁴

- Mobilidade: Pertence à história geral de Europa o facto de que eram os portugueses que, dito com Camões, navegaram “*por mares nunca dantes navegados*”. Os historiadores aduzem diversas razões que os portugueses tinham para se emprenderem na aventura marítima, cuja análise é contudo irrelevante para o objectivo deste trabalho. Numerosas viagens dos portugueses, junto com a importância dos portos de Portugal como pontos de encontro dos comerciantes da origem mais diversa, resultaram, como afirma Freyre, numa tolerância excepcional e aptidão de convivência tranquila com as pessoas oriundas dos outros círculos civilizacionais.
- Miscibilidade: A pedra angular da teoria, a alegada capacidade dos portugueses de se relacionar sexualmente com outras pessoas sem qualquer preconceito racial foi, como sublinha Freyre, o instrumento principal da expansão portuguesa no mundo.¹⁵ Os numerosos casos de miscigenação, mesmo em resultado duma política oficial de casamentos mistos promovida, de vez em quando, pelos dirigentes da colonização,¹⁶ representam o sinal de reconhecimento da presença portuguesa nos outros continentes que a distingue entre as potências coloniais.

¹³ Conforme Freyre, o português foi “*o colonizador europeu que melhor confraternizou com as raças chamadas inferiores. O menos cruel nas relações com os escravos.*” FREYRE, G.: *Casa-grande & senzala*, p. 313.

¹⁴ *Ibid.*, pp. 86-94.

¹⁵ Da mesma opinião é o historiador francês Marc Ferro: “*os portugueses conquistaram o mundo não com espada e cruz mas com sexo*”. FERRO, M.: *Colonization*, p. 107, tradução nossa.

¹⁶ A política de casamentos mistos, mesmo com bramânes e com muçulmanas, foi desenvolvida por Afonso de Albuquerque, o vice-rei da Índia portuguesa, no início do século XVI. Deste jeito, Albuquerque tentou resolver o problema da crónica escassez demográfica do elemento

- Aclimatibilidade: As condições físicas de Portugal continental, sobretudo no sul do país, são bastante parecidas com as do Norte de África ou de outras regiões na zona tropical, o facto que, segundo Freyre, representa uma vantagem comparativa dos portugueses contra as outras nações europeias envolvidas no projecto colonial, sobretudo contra as do Norte de Europa – nomeadamente os holandeses e ingleses. A capacidade de aguentar os caprichos do clima nas regiões tropicais faz com que, deste ponto de vista, os portugueses não tinham maiores problemas para se instalarem nas terras quentes de forma permanente.

Na opinião de Gilberto Freyre, estas três características especiais dos portugueses têm a sua origem na génese étnica e cultural do povo português, quer dizer, na contribuição dos Mouros e judeus para o perfil etnocultural dos portugueses¹⁷ - uma ideia que não ganhou muita simpatia entre as elites políticas portuguesas durante a primeira metade do século XX.

As conclusões que Freyre publicou no livro *Casa-grande & senzala* foram tiradas da experiência brasileira ou, mais concreto, da situação na região nordestina deste país. Freyre analisou a vida cotidiana nalgumas das fazendas no Nordeste e constatou que “*no Brasil, as relações entre os brancos e as raças de cor foram desde a primeira metade do século XVI condicionadas, de um lado, pelo sistema de produção econômica – a monocultura latifundiária; de outro, pela escassez de mulheres brancas, entre os conquistadores*”¹⁸. O sistema do “*patriarcalismo escravocrata e polígamo*”¹⁹ fez com que se formou na América tropical “*uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de índio – e mais tarde de negro – na composição*”²⁰. Esta qualidade híbrida do perfil etnocultural do brasileiro, que na sua essência é o ponto crucial para

português nas terras colonizadas. Vd. LARA, A. S.: *Colonização Moderna e Descolonização*, pp. 73-74.

¹⁷ FREYRE, G.: *Casa-grande & senzala*, p. 373.

¹⁸ *Ibid.*, p. 19.

¹⁹ *Ibid.*, p. 33.

²⁰ *Ibid.*, p. 77.

o conceito do luso-tropicalismo, foi condicionada por dois factos, cuja fundamentação já foi apresentada:

1. A falta do preconceito racial entre os portugueses no que diz respeito ao relacionamento sexual com as mulheres de cor e até a preferência pelas mulheres da origem racial mista,²¹
2. A capacidade dos portugueses de se adaptar às condições do ambiente tropical, incluindo a adoção de alguns dos costumes da gente indígena, quando preferível.

Como já mencionámos, Gilberto Freyre não se contentou com a aplicação da sua visão apenas ao caso brasileiro. Como afirma n’*O mundo que o português criou*, é o carácter específico do comportamento dos portugueses no papel dos colonizadores das terras tropicais que se encontra atrás do surgimento dum “*mundo que, como conjunto de valores essenciaes de cultura, como realidade psycho-social, continua a existir. Sobrevive á desarticulação do imperio simplesmente político. Resiste á pressão de outros imperialismos meramente economicos ou políticos*”²². E, alguns anos mais tarde, destaca que é a “*superação da condição étnica pela cultural [que] caracteriza a civilização lusotropical*”.²³ Sobre o modo português de estar nas terras alheias ele acrescenta: “*eles vêm transformando benèficamente os trópicos, sem pretender torná-los europeus ou subeuropeus. Isto porque, antes de procurarem transformar os trópicos, eles próprios se vêm transformando em lusotropicals, por assim dizer, de corpo e alma, isto é de cultura no seu mais amplo sentido antropológico e sociológico*”.²⁴

²¹ Freyre ilustra essa atitude com um provérbio popular daquela altura: “*branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar*”. Ibid., p. 90.

²² FREYRE, G.: *O mundo que o português criou*, p. 32.

²³ FREYRE, G.: *Integração portuguesa nos trópicos*, p. 36. Nesta sua obra Freyre sugeriu a criação duma nova disciplina científica que denominou “hispano-tropicologia”, ou “lusotropicologia” respectivamente, que seria uma “*ciência especializada na análise e na interpretação da simbiose hispano-trópico ou luso-trópico*”. Vd. p. 24.

²⁴ Ibid., p. 51.

Em resumo, o conceito do luso-tropicalismo, ou da civilização luso-tropical, fundamenta-se no fenómeno da miscigenação não somente no sentido racial mas sobretudo na sua dimensão cultural e social, quando as mútuas influências resultaram em surgimento duma entidade cultural original. O processo de miscigenação foi possível por causa da atitude especial dos colónos portugueses para com as populações nativas: a ausência do preconceito racial, a capacidade de se adaptar às condições do âmbito tropical e o gosto pelas mulheres de cor. A miscigenação é o marco de reconhecimento da colonização portuguesa entre as das outras nações europeias. Ora, conforme Freyre e os seus seguidores, a comunidade lusófona, que além de Portugal consiste do Brasil e dos países de língua portuguesa em África e na Ásia, é uma realidade que se suporta nos laços afectivos e com a solidariedade que não podem ser contestados pelos interesses económicos ou geopolíticos, tanto internos como de exterior.

O próprio Gilberto Freyre estava aberto às críticas da sua teoria. Algumas até incorporou n' *O mundo que o português criou*.²⁵ A maioria das reações críticas concentra-se nos pontos evidentemente fracos do conceito apresentado por Freyre:

- A imprópria generalização de uma experiência particular do Nordeste brasileiro, que tem pouco em comum com a situação nos restantes territórios sujeitos à influência portuguesa.
- A falta dos fundamentos empíricos para a afirmação sobre a ausência do preconceito racial entre os colonizadores portugueses.²⁶
- O carácter controverso do fenómeno da miscigenação, salientado por Gilberto Freyre, que se realizou quase em exclusivo na sua forma sexual fora

²⁵ Vd. por exemplo “Trechos de um ensaio de escriptora Maria Archer – «Aspectos de paisagem social na Africa Portuguesa e no Brasil do passado suggeridos pelos livros de Gilberto Freyre»”, in: FREYRE, G.: *O mundo que o português criou*, pp. 127-139.

²⁶ Neste sentido, a crítica mais conhecida provém de Charles Boxer que aliás não discutiu directamente com Freyre mas com a propaganda salazarista. Vd. BOXER, C. R.: *Race Relations in the Portuguese Colonial Empire, 1415-1825*.

de casamento, sem trazer qualquer benefício social, na maioria dos casos, para as mulheres de cor e para os seus filhos mestiços.²⁷

- O envolvimento pessoal de Freyre na fundamentação ideológica da política colonial portuguesa prejudicou-o enquanto cientista.

Eis os prós e contras do luso-tropicalismo como teoria. O próprio Gilberto Freyre comprometeu-se com a ideia da solidariedade lusófona e toda a sua vida fez muito esforço para manter as relações entre os povos de língua portuguesa, e sobretudo entre os brasileiros e portugueses, vivos e mutualmente interessantes.

Para concluir esta parte do trabalho, e para ilustrar a influência perdurante do luso-tropicalismo nalguns círculos académicos em Portugal, confronte as palavras seguintes: “[...] *a Comunidade Lusófona surge-nos como sendo a que parece dar maiores garantias de solidez e capacidade de poder vingar no quadro internacional, podendo mesmo ser a que poderá iniciar um novo caminho na afirmação de culturas – transformar uma comunidade cultural num grande espaço económico e político-diplomático de afirmação mundial. Tal justifica-se, como já foi afirmado, tendo por base o modelo de relacionamento que o povo português sempre estabeleceu com os naturais das suas províncias ultramarinas e que fez com que o desenvolvimento das colónias tivesse sido grande e quase idêntico ao da metrópole [sic].*”²⁸

O ideal e a realidade duma comunidade lusófona

Neste parte do trabalho focaremos nos projectos políticos, mais ou menos bem sucedidos, de transformação do Império Colonial Português obviamente sem futuro viável na sua forma tradicional em alguma outra entidade do interesse comum.

²⁷ Vd. por exemplo: SILVA, T. S.: *Raced Encounters, Sexed Transactions: ‘Luso-tropicalism’ and the Portuguese Colonial Empire*.

²⁸ PERREIRA, P. E. M.: *Comunidade de Países de Língua Portuguesa, uma realidade geopolítica*, pp. 232-233.

Em consequência da proclamação da independência do Brasil, em 1822,²⁹ as tentativas de dar uma nova forma a todo o espaço lusófono podem ser traçadas já durante o século XIX. Tendo a emancipação política da colónia portuguesa na América do Sul o carácter menos violento possível, e devido à manutenção da dinastia de Bragança no poder no Brasil, os laços entre os dois países não romperam totalmente. As remessas dos emigrantes portugueses no Brasil sustentaram por muitos anos a economia nacional portuguesa e o novo Estado brasileiro independente beneficiava das capacidades dos portugueses enquanto comerciantes, nomeadamente do tráfico dos escravos da costa africana. No entanto, foi só no início do século XX quando algumas iniciativas por parte dos intelectuais brasileiros lusófilos, do projecto duma confederação luso-brasileira ganharam fôlego. Simultâneamente apareceram as reacções contrárias que surgiram na forma das organizações destinadas para impedir qualquer aproximação política da intenção confederalista com a antiga metrópole europeia.³⁰

Sem embargo, as atitudes das elites políticas brasileiras para com Portugal variavam conforme as preferências dos dirigentes da determinada época. É conhecida a simpatia que os presidentes Vargas e Kubitschek tiveram com Portugal, mesmo como é notória a mudança da política externa brasileira desde o governo Jânio Quadros no início dos anos 60. O alinhamento do Brasil ao “Terceiro Mundo” reflectou-se também nas relações luso-brasileiras, sobretudo através da oposição do Brasil à política colonial portuguesa no foro

²⁹ Além de ter perdido a colónia mais importante do seu império, o governo português temia das tentativas de realizar a ideia da união do Brasil com Angola, ou da independência total deste território africano sob a tutela dos colónos brancos. Vd. KLÍMA, J.: *Angola*, p. 33. No Tratado de 1825, com que Portugal reconheceu definitivamente a independência do Brasil, foi incorporado o compromisso explícito do primeiro Imperador brasileiro Pedro I com o seu pai, o rei português Dom João VI, de não ter qualquer pretensão sobre os restantes partes do Império Colonial Português: “*Sua Majestade Imperial promete não aceitar proposições de quaisquer Colônias Portuguesas para se reunirem ao Império do Brasil.*” Conf. o Artigo Terceiro do Tratado entre Portugal e o Brasil de Reconhecimento do Império de 29 de Agosto de 1825, in: MARCHUETA, M. R. – FONTES, J.: *Comunidade dos países de língua portuguesa*, p. 38.

³⁰ CERVO, A. – MAGALHÃES, J. C.: *Depois das Caravelas*, p. 278.

internacional. A coincidência desta reviravolta da política exterior brasileira com o desencadeamento das guerras coloniais em África portuguesa afectaram, por alguns anos, as relações entre os dois Estados. O rumo anticolonialista do governo brasileiro não mudou, nem após o golpe de Estado de 1964 com que se instalou uma ditadura militar. A ideia duma “Comunidade Afro-Luso-Brasileira” edificada na base voluntária como uma solução viável para o grave problema colonial português continuou dominar na política externa brasileira.³¹

Um processo diferente de aproximação ocorreu no outro lado do Atlântico. Os representantes da mesma orientação política dos movimentos nacionalistas nas colónias portuguesas em África formaram uma organização comum – a *Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas* (CONCP) - com o objectivo de coordenar as suas actividades anticolonialistas, sobretudo no campo internacional.³² Depois de terem alcançado a independência, nos meados dos anos 70, os dirigentes destes movimentos nacionalistas, que entretanto tomaram poder nos respectivos países, criaram um grupo informal dos *Países Africanos da Língua Oficial Portuguesa* (PALOP) que aliás nunca veio a se institucionalizar numa forma sólida. Ao contrário do que era de esperar, os países lusófonos em África optaram pelos modos diferentes do seu enquadramento internacional.³³

As pressões de dois lados – do Brasil e da África – a Portugal para este acabar com o sistema vigente do império colonial, e em consequência do desenvolvimento no âmbito internacional quando todas as potências coloniais europeias na década de 60 concluíram

³¹ Conf. as palavras do primeiro presidente da ditadura militar brasileira general Humberto Castello Branco: “*Nossa política anticolonial se defronta com o problema dos laços afetivos e políticos que nos unem a Portugal. Talvez a solução residisse na formação gradual de uma Comunidade Afro-Luso-Brasileira, em que a presença brasileira fortificasse economicamente o sistema.*” Ibid., p. 302.

³² GUERRA, J. P.: *Memória das Guerras Coloniais*, p. 102 e seguintes. No realidade, muitos dos representantes dos movimentos nacionalistas já se conheciam dos tempos dos seus estudos em Portugal e dos seus encontros e debates no âmbito da *Casa dos Estudantes do Império*, duma organização estudantil das pessoas oriundas de diversos partes do Ultramar português. Vd. KLÍMA, J.: *Poslední koloniální válka*, p. 33.

o processo da descolonização, as elites portuguesas foram obrigadas a se preocupar com o problema colonial. O espaço para uma possível mudança política não era amplo. De maneira semelhante como aconteceu depois da independência do Brasil, cujo impacto profundo na sociedade portuguesa resultou em surgimento dum forte sentimento da necessidade de sustentar a posse dos territórios ultramarinos para a própria sobrevivência da nação portuguesa independente, e levando em consideração a alegada ameaça da absorção pelo seu vizinho espanhol, um sentimento de medo da perda da identidade nacional resurgiu também durante o século XX.³⁴ Dada a vontade comum de manter os domínios ultramarinos, a polémica levantou-se sobre a organização do império. Duas correntes principais, a da manutenção da política de assimilação e do Estado unitário, e o ponto de vista oposto favorável à descentralização ou até à federalização do império, chocaram-se muitas vezes tanto entre os grupos de oposição ao regime como no próprio seio de poder.

Para a própria sobrevivência da ditadura do “Estado Novo”, a postura integralista e assimilacionista, pelo menos nos termos da lei e do discurso político, não permitiram qualquer desvio da ideologia oficial do “*Império Colonial Português [...] solidário nas suas partes componentes e com a metrópole*”.³⁵ Não obstante algumas reformas do enquadramento jurídico da política colonial portuguesa, o regime personalizado por António de Oliveira Salazar, o primeiro ministro que, de vez em quando, ocupou também a pasta de colónias, nunca mudou esta postura até à sua derruba, em 1974, já após a morte de Salazar. No entanto, em reacção a alguns acontecimentos importantes (e.g. fim da Segunda Guerra Mundial,

³³ Por exemplo os países de África Ocidental, como Cabo Verde, Guiné-Bissau ou São Tomé e Príncipe, têm uma forte ligação à *Francophonie*, Moçambique virou membro do *Commonwealth*.

³⁴ Vd. por exemplo SMITH, A. - MAR-MOLINERO, C.: The Myth and Realities of Nation-Building in the Iberian Peninsula, in: MAR-MOLINERO, C. – SMITH, A. (eds.): *Nationalism and the Nation in the Iberian Peninsula: Competing and Conflicting Identities*, pp. 1-30.

³⁵ Artigo 5 do Acto Colonial de 1930, in: MIRANDA, J.: *As Constituições Portuguesas*, p. 313. Para perceber melhor a mudança da política colonial, confronte o sentido centralizador do Acto Colonial com os dispositivos da Constituição da República Portuguesa de 1911 (Artigo 67):

adesão de Portugal à Organização das Nações Unidas, início das guerras coloniais etc.) surgiram diversos projectos de reforma do império.

Um deles, da autoria de próprio Marcello Caetano, o futuro sucessor de Salazar no cargo do Presidente do Conselho dos Ministros, até propõe, em 1962, a federalização do império.³⁶ É característico que a proposta de Caetano não veio a se realizar, embora o então professor de Direito na Universidade de Lisboa passasse ao *de facto* chefe do Estado em 1968. Do carácter diferente foi a iniciativa de Adriano Moreira, o antigo Ministro do Ultramar reformista e, na respectiva altura, presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa, que deu impulso, em 1964, à criação da *União das Comunidades de Cultura Portuguesa* e da *Academia Internacional da Cultura Portuguesa*, um projecto da matriz cultural mas também com uma importância política. Não obstante as possibilidades promissoras deste projecto, a falta do apoio por parte dos dirigentes do Estado pôs fim a esta iniciativa, ainda durante a década de 60.

A reforma da Constituição portuguesa, em 1971, que concebeu o estatuto de “Estados” às províncias de Angola e Moçambique, sem definir claramente o conteúdo deste estatuto, representa uma das últimas tentativas, afinal em vão, do governo português de salvar o Império Colonial. António de Spínola, na época governador-geral da Província da Guiné, no seu celebre livro *Portugal e o Futuro*, de 1974, de novo denunciou a postura errada do governo português e ofereceu a sua visão dum “Comunidade Lusíada”.³⁷

“Na administração das províncias ultramarinas predominará o regime de descentralização, com leis especiais adequadas ao estado de civilização de cada um delas.” Ibid., p. 232.

³⁶ “A Comunidade Portuguesa (ou outro nome que se lhe desse) compreenderia Estado e Províncias ultramarinas. Três Estados federados: Portugal, Angola, Moçambique (a que se podia, por questão de princípio, acrescentar a Índia). E as Províncias da Guiné, S. Tomé, Macau e Timor. Cabo Verde receberia o estatuto de Ilhas Adjacentes.[...] Reconheço que se trata de uma modificação profunda que porventura chocará até a Metrópole, por obrigá-la a adoptar posição paritária no Estado-federado.” Vd. GUERRA, J. P.: *Memória das Guerras Coloniais*, p. 333.

³⁷ Neste seu livro, Spínola esboça “uma tese equilibrada de construção de uma vasta Comunidade Lusíada, sobre a autonomia progressiva de todas as parcelas, cavando-se assim os alicerces de uma unidade de espírito novo, que na sua fase inicial não deixará de passar por

São notórios os acontecimentos que sucederam à Revolução dos Cravos de 1974. A descolonização relativamente caótica, o envolvimento entusiasmado de Portugal no projecto da integração europeia, o trauma das guerras coloniais persistente, as prolongadas e desastrosas guerras civis que eclodiram em Angola e Moçambique, uma situação difícil na Guiné e em São Tomé e Príncipe, a “década perdida” dos anos 80 no Brasil ou as mudanças no campo internacional, tudo isto encontra-se atrás da relativa redução dos contactos entre os Estados lusófonos. Foram necessários vinte anos para os dirigentes pudessem encontrar uma nova plataforma para a cooperação entre os países da língua portuguesa.

A *Comunidade dos Países da Língua Portuguesa*, fundada em 1996 por 7 países de língua oficial portuguesa independentes e que acolheu, em 2002, também o recém-independente Timor Leste, foi estabelecida com um conjunto dos objectivos bastante ambiciosos.³⁸ A língua portuguesa comum deve servir de pedra mestra do projecto e na sua base pretende-se desenvolver uma cooperação multidimensional nas áreas económica, política, cultural, comercial ou social entre os países que são, porém, dotadas duma diversidade excecional e nunca podem constituir um conjunto homogêneo. A Comunidade também intenciona facilitar a circulação de pessoas dentro do seu espaço, uma ideia cuja realização, devido a múltiplas razões, não correrá sem dificuldades.

vicissitudes, mas que acabará sólida, e na qual o Brasil poderá ter um lugar de destaque, que ocupará de facto e não apenas em ambiente de platonismo sem consequência.” SPÍNOLA, A.: Portugal e o futuro, p. 55.

³⁸ O lista sintética dos objectivos da Comunidade constitui o Artigo 3º dos *Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*, assinado em Lisboa no dia 17 de Julho de 1996: “São objectivos gerais da CPLP: (a) A concentração político-diplomática entre os seus membros em matéria de relações internacionais, nomeadamente para o reforço da sua presença nos fóruns internacionais; (b) A cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social; (c) A materialização de projectos de promoção e difusão da Língua Portuguesa, designadamente através do Instituto Internacional de Língua Portuguesa.” Um índice mais analítico, de 16 itens, pode-se encontrar na *Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*.

Hoje, passados quase dez anos sobre a criação da CPLP, os resultados reais não parecem satisfazer completamente as expectativas iniciais. O relativo fracasso da CPLP no papel do pacificador durante o conflito interno na Guiné-Bissau, no fim dos anos 90,³⁹ pode ser contrabalançado com a conclusão bem-sucedida da questão de Timor Leste. Sem qualquer dúvida, o apoio prestado pelos restantes países lusófonos às ambições independentistas do povo timorense no território ocupado pela Indonésia jogou um papel importante no complicado processo do reconhecimento deste pequeno Estado-nação nascente.⁴⁰ Um outro caso que revela a complexidade das relações entre luso-falantes é a questão do Acordo Ortográfico. As tentativas de aproximar e harmonizar as normas ortográficas do português europeu e brasileiro, inicialmente, e hoje com uma diversidade ainda maior oriunda das diferenças no idioma português usado em sociedades africanas, incluindo as expressões do crioulo, já têm uma longa história. O primeiro Acordo Ortográfico foi assinado entre os governos brasileiro e português no anos 40 nunca veio a se realizar nos termos práticos. Esta situação repetiu-se com o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado esta vez por representantes dos sete países lusófonos em Lisboa no dia de 16 de dezembro de 1990, que até aos nossos dias não foi ratificado e por isso ainda não entrou em vigor.⁴¹

É evidente que as pretensões e ambições que acompanharam desde início a CPLP não tem sido completamente satisfeitas. Ironicamente, são sobretudo as diferenças entre os respectivos países que, conforme a ideia fundamental do projecto, devem pertencer a um grande espaço comum. O carácter geograficamente descontínuo, a influência permanente dos outros centros de poder económico e cultural e, até ao certo grau, os ressentimentos

³⁹ Para saber mais, vd. MACQUEEN, N.: *A Community of Illusions? Portugal, the CPLP and Peacekeeping in Guiné-Bissau*.

⁴⁰ Neste lugar é oportuno mencionar o envolvimento do diplomata brasileiro Sérgio Viera de Melo, nos serviços da Organização das Nações Unidas no cargo do Chefe da Administração de Transição das Nações Unidas em Timor Leste (UNTAET).

⁴¹ CERVO, A. – MAGALHÃES, J. C.: *Depois das Caravelas*, p. 336.

do passado, representam obstáculos graves para a afirmação da *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa* como uma organização universal, no que diz respeito aos seus objectivos e áreas de actuação.

Conclusão

As opiniões sobre o possível papel da teoria do luso-tropicalismo nas relações contemporâneas entre os elementos do espaço lusófono varia de país a país. Não é surpreendente que as ideias de Gilberto Freyre sobre a integração harmoniosa dos portugueses nas terras alheias goza do melhor acolhimento em Portugal. No Brasil, a situação já é mais complicada. Por um lado, Freyre continua jogar um papel importante para os estudos da identidade do próprio Brasil. Por outro lado, a sua colaboração com o regime autoritário português do “Estado Novo” deixou uma marca negra no seu perfil científico. Além disso, a política externa brasileira sempre apresentava uma grande porção do pragmatismo e realismo que não se suporta com conceitos do carácter tão abstracto como é o luso-tropicalismo. Nos países africanos, a atitude para com o legado de Gilberto Freyre é provavelmente mais característico pela rejeição da postura simplicista do conceito. Assim, “*o fantasma que nos asombra*”⁴² não só não oferece uma base para a nova definição das relações entre os povos de expressão portuguesa mas, ao contrário, com a sua mistificação sobre o passado colonial afoga o desenvolvimento da mútua confiança e compreensão.⁴³ Afinal, temos os países, como Timor Leste ou, no certo sentido, Guiné-Bissau, que acham o luso-tropicalismo irrelevante, devido ao carácter específico da presença portuguesa nestes territórios.

⁴² NETO, M. C.: Ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX, p. 329.

⁴³ Já a própria denominação da *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*, com que os seus fundadores evitaram o termo “lusófonos”, do ponto de vista linguístico talvez mais apropriado, representa este esforço de contruir as relações contemporâneas sobre uma base nova sem sentimentos e ressentimentos com raízes no passado.

Hoje já parece ser evidente que as ambições da CPLP e as expectativas, sobretudo por parte de Portugal, da sua afirmação no contexto mundial, tenham sido exageradas. A organização sofre de muitas dificuldades da ordem estrutural que resultam primordialmente da imensa heterogeneidade dos seus Estados-membros e da conseqüente divergência dos interesses das respectivas políticas externas nacionais. Além disso, o facto que a maioria dos países da CPLP pertence ao grupo das sociedade mais pobres do mundo funciona como um obstáculo do carácter material colocado aos desenvolvimento e aprofundamento da cooperação dentro da Comunidade. Não obstante, a cooperação em desenvolvimento, que pertence entre os principais objectivos da Comunidade pode, por outro lado, contribuir para o fortalecimento dos laços afectivos entre as nações envolvidas.

O projecto da *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa* junto com a teoria do luso-tropicalismo tentam fazer face à visão do já referido “choque das civilizações” popularizado por Huntington. Provar que a cooperação entre Norte e Sul é possível e pode ser mutualmente vantajosa e contribuinte, não obstante as divergências naturais e legítimas nos interesses nacionais particulares é a tarefa básica da CPLP. Uma longa história dos contactos dos portugueses com os habitantes dos outros continentes e os vestígios que eles lá deixaram não é uma mistificação e não pode ser facilmente afastada. Neste sentido, a ideia do luso-tropicalismo parece possuir bastante força para sobreviver as adversidades políticas ou científicas.

Bibliografia:

Declaração Consitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

AAVV: *Antologia Colonial Portuguesa – Volume I: Política e Administração*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1946.

AAVV: *Dicionário de História de Portugal*, vol I-IX. Porto: Figueirinhas, 1992-.

ALEXANDRE, Valentim.: *Velho Brasil/Novas Áfricas: Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Edições Afrontamento, 2000.

CASTELO, Cláudia.: *O modo português de estar no mundo: O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Edições Afrontamento, 1998.

CARDOSO, Fernando Henrique. – SOARES, Mário: *O mundo em português: um diálogo*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

CERVO, Amado – MAGALHÃES, José Calvet de: *Depois das Caravelas: As relações entre Portugal e Brasil 1808-2000*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

BOXER, Charles R.: *Race Relations in the Portuguese Colonial Empire, 1415-1825*. Oxford: Oxford University Press, 1963.

CARVALHO, Clara – CABRAL, João de Pina (eds.): *A Persistência da História: Passado e Contemporaneidade em África*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2004.

FERRO, Marc: *Colonization: A Global History*. New York & London: Routledge, 1997.

FREYRE, Gilberto: *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943, 4ª ed.

FREYRE, Gilberto: *Integração portuguesa nos trópicos/Portuguese integration in the Tropics*. Lisboa: Junta de investigação do Ultramar (Ministério do Ultramar), 1958.

FREYRE, Gilberto: *O mundo que o português criou; Aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

GUERRA, João Paulo: *Memória das Guerras Coloniais*. Porto: Edições Afrontamento, 1994.

HESS, David J. – DaMATTA, Roberto A. (eds.): *The Brazilian Puzzle: the Borderlands of the Western World*. New York: Columbia University Press, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de: *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976, 10ª ed.

HUNTINGTON, Samuel Paul: *Střet civilizací: boj kultur a proměna světového řádu*. Praha: Rybka, 2001.

KLÍMA, Jan: *Angola*. Praha: Libri, 2003.

KLÍMA, Jan: *Dekolonizace portugalské koloniální říše: historická motivace, specifika, průběh*. Hradec Králové: Gaudeamus, 2000.

KLÍMA, Jan: *Poslední koloniální válka*. Praha: Libri, 2001.

KNOPFLI, Francisco (ed.): *As Políticas Exteriores de Brasil e Portugal: visões comparadas*. Lisboa: ISCSP, 2004.

LARA, Antónia de Souza: *Colonização Moderna e Descolonização: sumários para o estudo da sua história*. Lisboa: ISCSP, 2000.

MARCHUETA, Maria Regina – FONTES, José: *Comunidade dos países de língua portuguesa - fundamentos político-diplomáticos*. Lisboa: Centro de Estudos Orientais da Fundação Oriente, 2001.

MAR-MOLINERO, Clare – SMITH, A. (eds.): *Nationalism and the Nation in the Iberian Peninsula: Competing and Conflicting Identities*. Oxford & Washington: Berg, 1996.

MOREIRA, Adriano: *Condicionamentos internacionais da área Lusotropical*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1985.

MOREIRA, Adriano – VENÂNCIO, José Carlos (eds.): *Luso-tropicalismo: uma teoria social em questão*. Lisboa: Vega, 2000.

MIRANDA, Jorge: *As Constituições Portuguesas: de 1822 ao texto actual da Constituição*. Lisboa: Livraria Petrony, 1997. 4ª ed.

PERREIRA, Paulo Emanuel Maia: *Comunidade de Países de Língua Portuguesa, uma realidade geopolítica*, Tese de Mestrado em Estratégia. Lisboa: ISCSP, 1999.

SPÍNOLA, António de: *Portugal e o futuro: análise da conjuntura nacional*. Lisboa: Arcádia, 1974, 2ª ed.

Periódicos

BRIGAGÃO, Clóvis: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: caminhos de integração fraterna. In: *Política Internacional*, 1996, Vol. 1, No. 13.

CARDOSO, Fernando Henrique: Livros que inventaram o Brasil. In: *Novos Estudos Cebrap*, 1993, No. 37.

CARVALHO, Ruy Duarte de: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, pela tangente. In: *Política Internacional*, 1996, Vol. 1, No. 13.

FERREIRA, Manuel Ennes – ALMAS, Rui: Comunidade económica ou parceira para o desenvolvimento: o desafio do multirateralismo na CPLP. In: *Política Internacional*, 1996, Vol. 1, No. 13.

FONTOURA, Luís: CPLP. A Importância do Brasil no Espaço Lusófono. In: *Revista Portuguesa de Instituições Internacionais e Comunitárias*, 2002, No. 4.

KLÍMA, Jan: „Lusofônia“ v roce rozmachu. In: *Mezinárodní vztahy*, 2003, roč. 38, č. 2.

MACQUEEN, Norrie: A Community of Illusions? Portugal, the CPLP and Peacekeeping in Guiné-Bissau. In: *International Peacekeeping*, 2003, Vol.10, No. 2.

MALHEIRO, Afonso: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: formação e objectivos. In: *Política Internacional*, 1996, Vol. 1, No. 13.

MENDY, Peter Karibe: Portugal's Civilizing Mission in Colonial Guinea-Bissau: rhetoric and reality. In: *International Journal of African Historical Studies*, 2003, Vol. 36, No. 1.

MOREIRA, Adriano: A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. In: *Política Internacional*, 1996, Vol. 1, No. 13.

NETO, Maria da Conceição: Ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX. In: *Lusotopie*, 1997.

SAÚTE, Nelson: Eu, afro-luso-brasileiro-céptico, me confesso. In: *Política Internacional*, 1996, Vol. 1, No. 13.

SILVA, Tony Simões da: Raced Encounters, Sexed Transactions: 'Luso-tropicalism' and the Portuguese Colonial Empire. In: *Pretexts: literary and cultural studies*, 2002, Vol. 11, No. 1.

SILVEIRA, Onésimo: Cabo Verde: uma experiência política nos trópicos. In: *Política Internacional*, 1996, Vol. 1, No. 13.

TORRES, Adelino – FERREIRA, Manuel Ennes: Globalização, CPLP e a modernização da economia portuguesa. In: *Política Internacional*, 2001, Vol. 3, No. 24.